

Declaração do Estatuto de Refugiado no Brasil

Marjory Figueiredo Nóbrega de França*

Introdução

Freqüentemente vemos nos jornais imagens de refugiados, em circunstâncias deploráveis, em fuga a fim de encontrar um sítio onde possam viver com segurança. Vítimas da intolerância, seja em razão da raça, da religião, de pertencerem a um grupo social minoritário, de suas concepções políticas, seja por outras razões em que haja a violação generalizada de seus direitos humanos. Casos em que ou é o próprio Estado, de que são nacionais, que os persegue, ou, quando não, seu governo não pode ou não quer oferecer proteção a esses nacionais.

Nesse momento em que há a falha na proteção de um jurisdicionado, vez que, a priori, compete aos Estados a proteção de seus nacionais, é que o direito à proteção internacional nasce. E para regularizar de uma forma universal os procedimentos para a declaração de refúgio, foi elaborada a Convenção de 1951, considerada como a Carta Magna da proteção internacional dos refugiados.

Convenção contemporânea à Declaração dos Direitos do Homem (de 1948) que já declarara o direito do homem de buscar asilo em casos de perseguição, por motivo de raça, religião e opiniões políticas, salvo quando praticasse quaisquer atos contrários aos princípios e regras das Nações Unidas.

Declaração esta marcadamente direcionada à proteção da dignidade da pessoa humana. Dignidade essa que deve ser respeitada em todas as fases de uma análise para concessão de refúgio, tendo em conta que os refugiados já foram desfavorecidos na sua condição de pessoa humana quando foram impelidos a buscar proteção fora do seu país de origem ou de residência habitual.

No Brasil, a despeito das nossas limitações, como país em desenvolvimento, sejam econômicas, sejam sociais ou ainda referentes à preparação e especialização dos profissionais que vão tratar direta ou indiretamente com os refugiados, houve a elaboração de lei infraconstitucional acerca da matéria, com uma definição ampliada do termo refugiado, de forma a favorecer um número maior de requerentes.

A Lei 9.474/97 veio definir os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, determinando, inclusive, a criação de órgão responsável pela análise dos pedidos de refúgio – O Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), que funciona no âmbito do Ministério da Justiça.

Assim, o presente trabalho vai ter esforços concentrados no conteúdo da referida lei,

com o intuito de demonstrar todo o procedimento feito em torno de um pedido de refúgio, passando pelos princípios informadores do direito dos refugiados e, a situação atual do Brasil, como receptor de refugiados, ao conhecimento do leitor.

1. Refugiados

1.1. A distinção entre asilo e refúgio

Além das definições de refugiado existentes na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967, existe na América Latina outra forma de proteção – chamada asilo – conferida a pessoas perseguidas. Aqui, diferentemente da maior parte dos países, o termo refúgio e asilo não são sinônimos, tratam de institutos diferentes, apesar de ambos visarem à proteção de pessoas perseguidas em seus países de origem.

A primeira regulamentação jurídica latino-americana, pertinente ao asilo, ocorreu no primeiro congresso sul-americano de Direito Internacional Privado, em 1889, época em que seu uso foi amplo em razão das lutas pela independência em alguns países e pela instituição da democracia em outros.¹

O refúgio como instituto jurídico internacional surgiu à época da Liga das Nações, já no século XX (1921) e evoluiu posteriormente, sob os auspícios da ONU, motivado por razões, em regra, distintas das que originaram o asilo de concepção latino-americana.²

Partindo da idéia de asilo como gênero, Jaime Ruiz de Santiago indicou, de forma limpa, algumas diferenças fundamentais das subespécies asilo de concepção latina e refúgio como instrumento internacional, a saber³:

- O asilo territorial é uma questão exclusiva da soberania e do domínio interno dos Estados, ao passo que o refúgio tem a ver com a comunidade internacional organizada e operaria com base em acordos prévios.
- O asilado pode ser objeto de proteção dentro da circunscrição territorial de seu país, como no caso da forma diplomática, enquanto o refugiado precisa ter cruzado as fronteiras de seu país de origem.
- Para ser considerado asilado o indivíduo deve estar sendo efetivamente perseguido, no momento da sua petição, enquanto que para o refugiado basta um fundado temor de perseguição.
- O asilado é uma pessoa perseguida por motivos de caráter político, enquanto a definição de refugiado é mais ampla, abarcando outros motivos de perseguição.
- No que pertine aos asilados, não foi estabelecida uma organização para supervisionar e colaborar com a concretização dos instrumentos (regionais) de asilo. Já, no tocante aos refugiados, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – Acnur desempenha esse papel de implementador dos instrumentos internacionais pertinentes.

Vale relembrar o passado histórico do asilo na América Latina, o qual remonta a regimes políticos autoritários e ditatoriais da década de 30. Posteriormente, a partir dos anos 70 e 80, novos fenômenos de refugiados latino-americanos surgiram, com uma nova identidade social,

econômica e política. Aqueles tradicionais asilados políticos eram, em regra, personalidades de classe média ou alta e intelectual – lutando pela consolidação da democracia em seus países, enquanto os novos refugiados – homens do campo, mais desfavorecidos – buscavam sua subsistência em face de calamidades sociais. ⁴

Ante o exposto, tendo em vista terem gênese e demanda diferentes, o refúgio e o asilo – na visão latino-americana – constituem-se institutos distintos.

1.2. Refúgio – conceito da Lei 9.474/97

Conforme já mencionamos, o refúgio surgiu e evoluiu a partir de 1921, no seio da Liga das Nações, motivado por razões, via de regra, diferentes das que ensejaram a origem do asilo latino-americano. Nesse momento, esta proteção jurídica mirava a grupos inteiros de refugiados, em especial os russos, enfatizando-se os aspectos da coletividade e não os individuais. Para esses grupos foi adotado um documento de identidade, mais conhecido como Passaporte Nansen, que atestava o seu status de refúgio. ⁵

No entanto, com o aparecimento de novas situações de refugiados, principalmente após a 2ª Guerra Mundial, surgiu a preocupação de se considerar por uma perspectiva individualista a definição refugiado. Como consequência, em 1951, foi levado a termo uma convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados. Esta teceria um procedimento de admissibilidade individual que protegesse o indivíduo de eventual arbitrariedade. ⁶

A referida convenção traz, no art. 1º A(2), a seguinte definição de refugiado:

Para os fins da presente Convenção, o termo refugiado aplicar-se-á a qualquer pessoa que, em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguida em virtude de sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem nacionalidade, e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar.

Ocorre que a convenção, com essa concepção do termo refugiado, parece ter sido direcionada apenas para a Europa, pois “criado em um contexto de guerra fria, este conceito tem como centro a perseguição ... e a dualidade de sistemas vivenciados no pós-guerra e, como objeto, a recepção, por parte do Ocidente, de perseguidos pelo regime socialista”. ⁷ E, conquanto os países signatários do instrumento em epígrafe tivessem a opção de indicar o alcance do termo – para acontecimentos ocorridos exclusivamente na Europa ou também fora desta ⁸ – a conceituação não abarcaria a demanda vindoura de refúgio.

Com o passar do tempo, a queda do muro de Berlim, o aparecimento de conflitos particulares nos outros continentes, surgiu a necessidade de ampliação desse conceito, a fim de que tal instrumento não quedasse inoperante face aos nacionais destes que, avançando fronteiras inter e intracontinentais, ficavam fora do âmbito da proteção internacional dos refugiados.

Assim, com o intuito de alargar a aplicação das disposições da convenção, foi elaborado

o Protocolo de 1967, que desconsiderou a data limite de 1º de janeiro de 1951. Contudo, esse aprimoramento do alcance do termo refugiado não foi suficiente para abrigar a maior parte dos novos envolvidos no problema dos refugiados, mesmo porque ainda se tratava de uma definição exaustiva. Foi o que quis explicar Guilherme de Assis Almeida ao dizer que “a definição clássica é (...) *numerus clausus*. Nas suas cinco razões de perseguição há espaço possível para interpretação, fora isto não.”⁹

Com intuito de adequar a convenção e o protocolo – já mencionados – aos problemas peculiares de seu continente, surgiram instrumentos regionais que estenderam a proposição refugiado, de forma a reconhecer direito a refúgio também a seus continentais. Merecem destaque a Convenção da Organização da Unidade Africana de refugiados (1969) e a Declaração de Cartagena sobre os refugiados (1984). Nesse sentido, preleciona Flávia Piovesan:

A Convenção da Organização da Unidade Africana de 1969, que rege os aspectos específicos dos problemas de refugiados, sendo aplicável aos países membros da Organização da Unidade Africana, em seu art. 1º, sem excluir as hipóteses previstas na Convenção de 1951 e do protocolo de 1967 (...) introduz (em seu art. 1º) uma nova concepção, ao estender a proteção a todas as pessoas que são compelidas a cruzar fronteiras nacionais em razão de desastres causados pelo homem, independente da existência do temor de perseguição. (...) Por sua vez, a Declaração de Cartagena sobre os refugiados de 1984, aplicável aos países da América Latina, (...) recomenda que a definição abranja também as pessoas que fugiram de seus países porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, pela agressão estrangeira, pelos conflitos internos, pela violação maciça de direitos humanos ou por outras circunstâncias que hajam perturbado gravemente a ordem pública.¹⁰

No Brasil é aplicada a definição ampliada, isto é, a clássica conjugada com a da Declaração de Cartagena, apesar de não ter sido signatário desta.¹¹ É o que se infere da definição expressa na Lei 9.474/97:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

(...)

III – devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para busca refúgio em outro país.

Desta forma, o Brasil optou por uma definição mais genérica, facultando ao intérprete da lei, na análise do caso concreto, mais liberdade para verificação da elegibilidade do refugiado de modo a impedir que, por critérios meramente formais, fosse negado a alguém de direito o status de refugiado.

Verificação esta que deve ser feita em harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e com todo instrumento internacional de proteção aos direitos humanos com o qual o Brasil esteja comprometido, o que expressamente destacou o legislador.¹²

Posição inteligente do legislador brasileiro, uma vez que, em consonância com o espírito da Organização das Nações Unidas, que visa assegurar dignidade a todos os seres humanos, possibilitou o exercício mais lato possível dos direitos do homem, sem deixar nenhum grupo

de fora da tutela internacional.

2. Procedimentos jurídicos da declaração do estatuto do refugiado

A determinação do estatuto de refugiado é um procedimento composto de duas partes. Primeiro se estabelece os fatos pertinentes ao caso particular. Segundo se verifica a aplicação das disposições da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967 a esses fatos.¹³

A Convenção de 1951 traz três grupos de disposições – cláusulas de inclusão, de exclusão e de cessação –, aos quais o aplicado deve estar atento a fim de reconhecer o status de refugiado.

As cláusulas de inclusão definem os critérios que uma pessoa deve satisfazer para ser refugiado. A cláusula dita de cessação e de exclusão têm um significado negativo: as primeiras indicam as condições em que um refugiado pede a proteção e as segundas enumeram as circunstâncias em que uma pessoa é excluída da aplicação da Convenção de 1951, isto é, impedem o reconhecimento dessa pessoa como refugiado, mesmo que ela satisfaça aos critérios positivos das cláusulas de inclusão.¹⁴

Há, ainda, as cláusulas de perda – que são previstas apenas no ordenamento jurídico interno – que também implicam a perda dos direitos inerentes à condição de refugiado.¹⁵

2.1. Cláusulas de inclusão

A Convenção de 1951 traçou limites temporal e geográfico para o reconhecimento de uma pessoa como refugiada (acontecimentos ocorridos na Europa, anteriores à data de 1º de janeiro de 1951). Contudo, o Protocolo de 1967 excluiu tais limitações e, assim, ampliou a possibilidade de se enquadrar pessoas na condição de refugiado.

O Brasil aderiu à convenção relativa ao estatuto dos refugiados, no ano de 1960, estabelecendo a chamada “reserva geográfica”, o que limitava ao reconhecimento de refugiados só de origem européia. Em 1972, a despeito de aderir ao Protocolo de 1967, eliminando a reserva temporal, ainda manteve a reserva geográfica.¹⁶

Assim, com o surgimento de regimes ditatoriais na América do Sul, vários refugiados latino-americanos não eram aceitos no país, ou quando aceitos, não lhes era concedido documento de identidade e autorização para trabalhar.¹⁷

Contudo, em 1997, adveio a Lei 9.474, a qual constituiu um marco de comprometimento do Brasil com o direito dos refugiados. Primeira lei brasileira a criar uma estrutura na Administração e um procedimento próprio para implementar um tratado de Direito Internacional de Direitos Humanos¹⁸. Lei esta considerada uma das mais avançadas do continente americano. Vejamos:

Cláusula primeira – art. 1º da Lei 9.474/97:

Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política

encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país.

2.1.1.a. fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política.

A expressão “fundados temores” contém dois elementos: receio e motivo relevante. Conquanto este receio envolve um elemento subjetivo do indivíduo que solicita o reconhecimento do estatuto de refugiado, o estado de espírito da pessoa interessada deve estar baseado numa situação objetiva.¹⁹

Para este estado psicológico ser reconhecido como fundado, o requerente deve demonstrar o nexo de causalidade entre o seu temor e as situações concretas que colocam em risco o livre exercício dos seus direitos humanos.²⁰ Ademais, deve haver a avaliação da credibilidade das declarações do requerente, as quais não podem ser consideradas em abstrato.²¹

Quanto ao termo “perseguição”, pela Convenção de 1951, seria ameaça contra a vida ou contra a liberdade, em razão dos motivos ali elencados. Contudo, depois da definição ampliada da Lei 9.474/97, da leitura do seu art. 1º, inciso III, infere-se que prescinde do fundado temor de perseguição na hipótese de pessoas que fogem de seus países em razão de “grave e generalizada violação de direitos humanos”.

Vale ressaltar que há distinção entre perseguição e punição prevista por infração comum. Esta não confere o *status* de refugiado à pessoa requerente. É o que adverte o Acnur quando reforça que “um refugiado é uma vítima – ou uma vítima potencial – da injustiça e não alguém que foge da justiça”.²²

Os agentes perseguidores geralmente são autoridade do próprio Estado de origem do requerente. A perseguição, hábil a fundamentar o pedido de refúgio, também pode partir de segmentos da sociedade que não respeitam as normas vigentes, quando o Estado tolera ou é incapaz de freá-los.²³

No que pertine, ainda, às formas previstas de perseguição, vale ressaltar que, via de regra, não basta que o indivíduo seja de determinada raça, nacionalidade ou grupo social, para que lhe seja aplicado o estatuto de refugiado. No entanto, em certos casos, o simples fato de pertencer a determinado grupo é o suficiente para justificar o receio de perseguição.²⁴

2.1.1.b. solicitante de refúgio deve estar fora do seu país de nacionalidade

A expressão nacionalidade aqui se refere à cidadania e serve de elemento de distinção em relação aos apátridas. No caso, o requerente precisa ter receio em relação ao país de sua nacionalidade, caso contrário, se presumiria que este goza da proteção deste país e não seria, pois, refugiado.²⁵

O receio de ser perseguido não precisa abranger todo o território nacional. Há casos em que pode se limitar a uma parte ou partes determinadas do país, quando, por exemplo, há conflito entre etnias ou focos de guerra civil. Em tais casos, não será recusado o estatuto de refugiado

a uma pessoa pela simples razão de que poderia ter procurado refúgio noutra parte do mesmo país.²⁶

2.1.1.c. não possa ou não queira acolher-se à proteção de seu país de origem.

Em ambos os casos – não possa ou não queira – está intrínseco que seja em virtude de fundado receio. Se a proteção do Estado de origem do indivíduo puder ser efetiva, ele não pode ser enquadrado como refugiado.²⁷

Pelo contrário, do primeiro núcleo se infere que existem circunstâncias, físicas ou jurídicas, independentes da vontade do requerente, que impossibilitam a sua volta ao país (v.g. autoridades não permitem sua entrada no território).²⁸

Do segundo núcleo, entende-se que prepondera o desejo do requerente, ou seja, não há uma recusa de proteção do país de origem, mas o nacional não quer acolher-se à proteção por alguma circunstância que possa lhe trazer perseguição ou receio de que a proteção não seja eletiva (v.g. ambiente geral de insegurança no país). Essa vontade de não regressar deve ser levada em consideração, principalmente se houver um elemento cumulativo, qual seja, se a pessoa já foi vítima da perseguição a qual teme.²⁹

2.1.2. cláusula segunda – art. 1º, II, da Lei 9.474/97

Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que, não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior.

Este inciso se refere aos apátridas para os quais se considera o país de residência habitual já que não é nacional de país algum. Nesse caso, o indivíduo não tem, juridicamente, o direito de requerer proteção desse país se não se encontra dentro de seu território e tampouco é nacional. Assim, não se trata de acolher-se à proteção do país, mas de poder ou não a ele retornar. Se ele deixou o país em questão pelas razões enumeradas e já aclaradas no inciso anterior, pode ser reconhecido como refugiado.³⁰

2.1.3. cláusula terceira – art. 1º, III, da Lei 9.474/97

Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que, devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Antes de explicar esse inciso, propriamente dito, é necessário abordar as origens históricas dessa definição ampliada de refugiado.

A África foi o primeiro continente a perceber que o instituto do refúgio cujo conceito restringia-se “aos fundados temores de perseguição” não era compatível à realidade de seu povo e, pois, precisava receber uma nova roupagem para incluir casos de africanos desgarrados de seus países de origem.

O número crescente de africanos que fugiam de guerras e conflitos internos a partir do fim

década de 50 mobilizou a OUA – Organização da Unidade Africana. Esta, em 1969, aprovou uma convenção que regia aspectos inerentes aos problemas dos refugiados da África.³¹

Pela Convenção de 1969, o termo “refugiado” se aplica também a toda pessoa que, por causa de uma agressão, uma ocupação ou uma dominação estrangeira, ou acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública, em uma parte ou na totalidade de seu país de origem, ou do país de sua nacionalidade, está obrigada a abandonar sua residência habitual para buscar refúgio em outro lugar fora de seu país de origem ou do país de sua nacionalidade.”³²

Na década de 80, eclodiu uma série de transtornos civis na América Central, produzindo um êxodo de cerca de um milhão de pessoas, que causaram graves problemas econômicos e sociais aos países que recebiam essa massa.³³

Tais países de “acolhida” aprovaram, em 1984, a Declaração de Cartagena sobre os refugiados, a qual, de maneira similar à Convenção da OUA, recomenda que o conceito de refugiado, “além de conter os elementos da Convenção de 1951 e dos países porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça de direitos humanos e outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública”.³⁴

Os participantes da Declaração de Cartagena buscavam, além de adaptar um sistema global aos problemas regionais, obter uma melhor coordenação com o sistema de asilo, preexistente na latino-américa, vez que compreendiam a complementaridade de ambos sistemas de proteção.³⁵

Diferentemente da Convenção da OUA, a Declaração de Cartagena tinha o intuito de ser mais uma reflexão das aspirações dos seus autores sobre o tema, aduzindo recomendações, e não de ser um sistema de obrigatoriedade jurídica. Contudo, com o passar dos anos e sua adoção por distintos Estados, logrou ser considerada uma fonte de direito consuetudinário. E, conseqüentemente, os Estados que não haviam incorporado a suas legislações a definição ampliada da Declaração de 1984, são obrigados a aplicá-la na prática.³⁶

O Estado brasileiro, ao adotar a Lei 9.474/97, apesar de não ter participado do Colóquio de Cartagena, acolheu a interpretação extensiva do conceito de refugiado apresentado por ela, como se pode perceber na leitura do seu art. 1º, inciso III.

Desse modo, a lei nacional não se restringe à definição clássica da Convenção de 1951, mas conjuga a esta o elemento “grave e generalizada violação de direitos humanos”, de modo a abranger um número maior de refugiados, não exigindo provas individuais – do fundado temor de perseguição –, mas provas circunstanciais da violação maciça de direitos humanos. Nesse sentido, ensina Guilherme de Assis Almeida:

No caso da definição ampliada, quando da análise do caso individual, dá-se importância maior “a análise da situação política institucional do país e sua relação com a situação individual do solicitante, procurando avaliar até que ponto a vida e a liberdade do solicitante encontram-se ameaçadas pela ‘grave e generalizada’ violação de Direitos Humanos.”³⁷

Para que seja aceita a solicitação de refúgio, nos termos desse terceiro inciso, há que ser reconhecido o estado de calamidade humanitária e social do país de origem ou de nacionalidade do requerente, pelo Acnur ou, no plano doméstico, pelo Conare.

2.2. Cláusulas de exclusão

2.2.a. cláusula primeira – art. 3º, I, da Lei 9.474/97:

Não se beneficiarão da condição de refugiado os indivíduos que já desfrutem da proteção ou assistência por parte de organismo ou instituição das Nações Unidas que não o Acnur.

Os indivíduos que já recebem algum outro tipo de proteção por parte do Acnur não necessitam de receber proteção de um segundo instrumento, qual seja o do estatuto dos refugiados, mesmo por uma questão de política administrativa. É o que diz com base em razões funcionais, isto é, para fins de delimitação de seus respectivos âmbitos de atuação com relação a outros organismos.³⁸

Organismos como o Unkra (Agência das Nações Unidas para reconstrução da Coréia) e o Unrwa (Organismo de Obras Públicas e Socorro aos refugiados da Palestina e Próximo Oriente).³⁹ Assim, os indivíduos já assistidos por esses programas não podem se beneficiar também do estatuto do refugiado.

Contudo, se um refugiado se encontrar fora da área de atuação da agência, receberá proteção do escritório do alto comissariado, assim como os refugiados. Seria o caso, por exemplo, de um palestino fora do Oriente Médio.⁴⁰

2.2.b. cláusula segunda – art. 3º, II, da Lei 9.474/97:

Não se beneficiarão da condição de refugiado indivíduos que sejam residentes no território nacional e tenham direitos ou obrigações relacionados com a condição de nacional brasileiro.

Esse dispositivo é direcionado às pessoas que, de maneira significativa, se assemelham juridicamente aos nacionais do país onde se fixou, isto é, as autoridades do país – no caso, o Brasil – reconhecem a eles os mesmos direitos e obrigações que os nacionais.⁴¹

O Acnur não determinou a extensão dessa equivalência de direitos e obrigações, mas advertiu – em especial – que o indivíduo deve, como o nacional, estar protegido contra a deportação ou expulsão.⁴² *Goodwin-Gill*, por sua vez, ressaltou como essencial nessa proteção o direito de entrar e circular livremente no país em questão.⁴³

2.2.c. cláusula terceira – art. 3º, III, da Lei 9.474/97:

Não se beneficiarão da condição de refugiado indivíduos que tenham cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas.

Essa disposição, além de trazer o elenco da Convenção de 1951 (art. 1F), acrescenta mais três casos de exclusão ao âmbito do ordenamento jurídico brasileiro. São eles: crime hediondo,

participação em atos terroristas ou tráfico de drogas.

No momento da redação da Convenção de 1951, eram recentes os julgamentos dos grandes criminosos de guerra. Os Estados acordaram que não concederiam a acolhida em seus territórios a tais criminosos, pois estes poderiam vir a se tornar perigosos contra a segurança e a ordem pública.⁴⁵

Então, a figura “criminosos de guerra” – na prática – trata dos criminosos julgados pelos Tribunais Internacionais do pós-guerra. E, possivelmente, num futuro próximo, vai abranger também casos de competência do Tribunal Penal Internacional permanente (este ainda não reconhecido pelo Estado brasileiro).⁴⁶

A Lei 8.072/90 traz o rol de crimes hediondos, a saber: homicídio – quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio -, homicídio qualificado, latrocínio, extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada, estupro, atentado violento ao pudor, epidemia com resultado morte, e genocídio.

Os crimes hediondos, o tráfico de entorpecentes e o terrorismo são crimes que em jurisdição brasileira já são inafiançáveis e insuscetíveis de graça, anistia ou indulto, além de que o réu – em regra – não pode gozar de liberdade provisória quando ainda em julgamento.⁴⁷ Assim, não teria sentido beneficiar um indivíduo com o estatuto de refugiado, já que por política criminal esses crimes já são tratados mais severamente.

Ademais, não é objetivo do instituto do refúgio a proteção de criminosos comuns, como já explicado alhures. Na redação original da Convenção de 1951, o dispositivo prescrevia ‘grave crime de direito comum’. Então, o legislador brasileiro especificou quais seriam esses crimes.

2.2.d. cláusula quarta – art. 3º , IV,
da Lei 9.474/97:

Não se beneficiarão da condição de refugiado indivíduos que sejam considerados culpados de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas.

Tais objetivos e princípios estão dispostos no Preâmbulo I, nos arts. 1º e 2º da Carta das Nações Unidas.

Na aplicação desse requisito negativo há de se ter em conta o elemento subjetivo e objetivo. No plano subjetivo, nem todas as pessoas podem cometer um ato contrário a esses princípios, isto é, o sujeito tem de, necessariamente, ter sido autoridade de um Estado. Do prisma objetivo, diz respeito efetivamente à manutenção da paz e ao respeito dos direitos humanos e liberdades fundamentais.⁴⁸

Claro que os crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes contra a paz são atos contrários aos objetivos da ONU. Com essa disposição, exatamente igual à da Convenção, procura-se abarcar outros casos que poderiam estar fora do âmbito dos outros requisitos negativos.

2.3. Cláusulas de cessação

Vejamos o art. 38 da Lei 9.474/97:

Cessará a condição de refugiado nas hipóteses em que o estrangeiro:

I – voltar a valer-se da proteção do país de que é nacional;

II – recuperar voluntariamente a nacionalidade outrora perdida;

III – adquirir nova nacionalidade e gozar da proteção do país cuja nacionalidade adquiriu;

IV – estabelecer-se novamente, de maneira voluntária, no país que abandonou ou fora do qual permaneceu por medo de ser perseguido;

V – não puder mais continuar a recusar a proteção do país de que é nacional por terem deixado de existir as circunstâncias em consequência das quais foi reconhecido como refugiado;

VI – sendo apátrida, estiver em condições de voltar ao país no qual tinha sua residência habitual, uma vez que tenham deixado de existir as circunstâncias em consequência das quais foi reconhecido como refugiado.

As quatro primeiras condições negativas tratam de um ato voluntário do refugiado, que reflete que ele não tem mais receio de ser perseguido. As outras duas condições simplesmente refletem que não há mais circunstâncias hábeis a vulnerar a pessoa do refugiado no Estado de origem ou, – se apátrida –, onde antes residia. Portanto, em todas as cláusulas de cessação o indivíduo não necessita mais de proteção internacional, vez que já é tutelado por um determinado país.⁵⁰

Quanto aos dois primeiros incisos, o refugiado tem de ter agido voluntariamente. Isto é, não se pode interpretar voluntariedade quando ele está meramente seguindo instruções das autoridades de seu país ou quando não pode deixar de recorrer a seu país para receber a tutela de que necessita (v.g. requerer o divórcio em seu país).⁵¹

A reaquisição da nacionalidade não é considerada voluntária se foi atribuída por lei ou decreto, exceto se o indivíduo expressa ou tacitamente a aceitou. E, nesse caso, só implica cessação da condição de refugiado se esta gerar proteção do respectivo país.⁵²

Quanto ao quarto inciso, é imprescindível que seja um retorno para residir com *animus* definitivo. Uma visita temporária, sem o passaporte nacional – com outro documento de autorização –, não configura essa condição negativa. Além disso, há situações especiais em que mesmo com porte do referido passaporte, não se compromete o *status* de refugiado (v.g. para visitar o país, as autoridades deste o exigem).⁵³

No que tange aos últimos incisos, convém analisar se as mudanças ocorridas foram relevantes a ponto de eliminar a possibilidade de perseguição e de fazer o indivíduo voltar ao *status quo ante* do período pré-refúgio. E, ainda, em específico para os apátridas, há de se verificar a possibilidade deste retornar ao país que era de sua residência habitual - hipótese, em regra, remota.⁵⁴

2.4. Cláusulas de perda

Diferentemente das cláusulas de exclusão, aqui a pessoa já obteve o *status* de refugiado, mas perde a proteção inerente ao instituto do refúgio, em razão de ato incompatível com a sua condição. Essas cláusulas não constam da Convenção de 1951, mas foram dispostas pelo legislador brasileiro, dentro da racionalidade do próprio instituto.

Vale salientar que o termo “perda” não significa a ausência da condição de refugiado, mas apenas a perda do gozo dos direitos inerentes a sua condição. Se não entendêssemos assim, o termo estaria equivocado, vez que a concessão de refúgio é um ato declaratório e não constitutivo.

Art. 39 da Lei 9.474/97 preceitua os casos que implicam a perda da condição de refugiado, quais sejam:

I - a renúncia;

II - a prova de falsidade dos fundamentos invocados para o reconhecimento da condição de refugiado ou a existência de fatos que, se fossem conhecidos quando do reconhecimento, teriam ensejado uma decisão negativa;

III - o exercício de atividades contrárias à segurança nacional ou à ordem pública;

IV - a saída do território nacional sem prévia autorização do governo brasileiro.

O elemento volitivo é essencial no enquadramento do indivíduo no âmbito de proteção do alto comissariado. Se o próprio refugiado não quer mais ser assistido, ou porque já recebeu outra proteção ou porque não quer ser reconhecido nessa condição, não é razoável ofertar-lhe a tutela internacional.

Considerando-se que a declaração do estatuto de refugiado é um ato declaratório, isto é, não constitui o indivíduo como refugiado, mas o reconhece como tal, em razão de suas qualidades, a prova de falsidade dos fundamentos e/ou documentos invocados quando da requisição atestam uma declaração nula. Portanto, o indivíduo nunca esteve na condição de refugiado e se fôssemos analisar de maneira rigorosa, entenderíamos imprópria a expressão “perda” de uma condição que nunca existiu.

Quanto ao inciso terceiro, é cediço que compete ao refugiado respeitar e acatar as leis e regulamentos do país que o acolhe, assim como as medidas adotadas para a manutenção da ordem pública ou para a preservação da segurança nacional. Se as vulnera, as autoridades estatais podem expulsá-lo com base no art. 32 da Convenção de Genebra.⁵⁵

O quarto inciso trata do refugiado que sai da esfera jurisdicional do país, impossibilitando a salvaguarda de seus direitos. Já que o país reconheceu-lhe o estatuto de refugiado e ofereceu-lhe proteção dentro de seu território, cabe ao refugiado manter as autoridades locais cientes de seu paradeiro a fim, até mesmo, de que se efetive sua proteção.

2.5. Procedimentos práticos para solicitar o estatuto de refugiado

Para a solicitação de refúgio, o estrangeiro deve dirigir-se às autoridades migratórias, ou seja, agente lotado no Departamento de Polícia Marítima, ou Aérea ou de Fronteiras da Polícia Federal ⁵⁶, onde são tomadas a termo as declarações prestadas por ele às autoridades imigratórias. Nesse momento, o solicitante é informado que deverá comparecer à Cáritas Arquidiocesana, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, para preencher um questionário. ⁵⁷

Tal formulário conterá a identificação completa, qualificação profissional, grau de escolaridade, bem como a descrição de fatos e circunstâncias que fundamentam o seu pedido de refúgio e, se possível, a indicação de elementos de prova. ⁵⁸

Com a solicitação de reconhecimento da condição de refugiado, haverá a suspensão dos procedimentos administrativo e penal pela entrada irregular, caso instaurados contra o requerente. Se reconhecido o seu status de refugiado, haverá o arquivamento de tais procedimentos.

59

Em seguida, o estrangeiro será entrevistado por um membro da Coordenação Geral do Conare – Comitê Nacional para os Refugiados, órgão que vai apreciar o seu caso, decidindo pelo reconhecimento ou não da sua condição de refugiado. ⁶⁰

Enquanto não houver decisão definitiva, ao peticionário será aplicada a legislação sobre estrangeiros, conquanto respeitadas as normas específicas contidas na Lei dos Refugiados, tal como o princípio do non refoulement.

Se a decisão for positiva, o refugiado será registrado na Polícia Federal, onde assinará termo de responsabilidade e solicitará cédula de identidade. Se for negativa, o solicitante terá o direito de recorrer ao Ministério da Justiça, dentro do prazo de 15 dias. ⁶¹

Da decisão do recurso não cabe revisão, no plano administrativo. Contudo, juridicamente, pode ser impetrado um mandado de segurança ou outra medida que vise protegê-lo temporariamente. ⁶²

3. Efeitos jurídicos do reconhecimento da condição de refugiado

O primeiro e mais importante direito de um refugiado é o de não ser devolvido para o país em que sua vida, liberdade ou segurança estejam a perigo por razões de cunho político, étnico, religioso ou porque a situação do país é de grave e generalizada violação de direitos humanos. Isso nada mais é que o princípio do non refoulement, apanágio do direito dos refugiados.

É cediço que a adoção de tal princípio traz reflexos no próprio ordenamento jurídico interno dos países acolhedores. No Brasil é perceptível a influência desse princípio em matérias como deportação, extradição e expulsão.

A deportação, que ocorre quando o estrangeiro irregular no país não se retira voluntariamente dele, não se aplica ao refugiado nem mesmo ao solicitante de refúgio, salvo nos casos extremados, de perigo à segurança nacional. ⁶³

A extradição, por sua vez, aplicada ao estrangeiro regular no país e, precedida de acordo

internacional de reciprocidade, bem como de julgamento pelo STF, não pode ser deferida quando o pedido se motivar pelos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio. Nesse caso, o processo de extradição será suspenso a partir do momento da solicitação de refúgio.⁶⁴

Contudo, quando os motivos do pedido de extradição divergem dos que basearam a concessão de refúgio, ainda assim, há um tratamento especial para os refugiados em relação ao conferido aos estrangeiros. Segundo o art. 84 da Lei 6.815/80 (Lei dos Estrangeiros), a prisão, para fins de extradição, perdurará até o julgamento final do STF, sendo vedadas a liberdade vigiada, a prisão domiciliar ou a prisão albergue, enquanto que quando o extraditando é refugiado há a possibilidade de concessão de liberdade vigiada ou prisão domiciliar.⁶⁵

A expulsão do refugiado também será exceção só em caso de risco à segurança nacional e, mesmo nesse caso, dever-se-á atentar-se para não enviá-lo a um país onde sua vida, segurança ou integridade física estejam ameaçadas.⁶⁶

Além dessa proteção preliminar, o país receptor deve garantir a integração dos mesmos ao seu território, protegendo-os de eventuais ameaças por seus agentes ou jurisdicionados e conferindo a eles os mesmos direitos dos estrangeiros não-naturalizados, mas residentes de forma regular no país.⁶⁷

Nesse diapasão, a Convenção de 1951 elencou uma série de direitos, dentre os quais relaciono os quais entendo mais relevantes para a adaptação e permanência do refugiado no país anfitrião: podem adquirir propriedade móvel e imóvel nas mesmas condições que o estrangeiro em geral (art. 13); têm acesso à Justiça e gozam, assim como os nacionais, desde que preenchido os requisitos comuns, o direito à assistência judiciária e isenção de custas (art. 16); direito à gratuidade nos processos de reconhecimento da condição de refugiado, bem como à celeridade no trâmite dos mesmos; direito a exercer livremente uma atividade profissional assalariada (art. 17), ou liberal (art. 19), desde que preenchidos os requisitos eventualmente existentes para tanto; direito à documento de identidade (arts. 27 e 6º) e de viagem ao exterior (arts. 28 e 6º);

Por fim, vale ressaltar que, em vista de todos esses direitos conferidos aos refugiados, há uma contrapartida, qual seja, a obrigação de que ele acate as leis e regulamentos do país que o acolhe, bem como as medidas para a manutenção da ordem pública no mesmo. Isso é entendimento expresso na própria Convenção de 1951, em seu art. 2º.

4. Refugiados no Brasil

Segundo dados disponibilizados pelo Conare, em Brasília, as estimativas atuais para os pedidos de refúgio são de 871 pedidos positivos e 685 pedidos negativos. A maioria dos refugiados reconhecidos no País advém do Continente africano, em especial da Angola.

Contudo, levando-se em consideração que o Conare só foi instalado em 1999, posterior à promulgação da Lei 9.474/97 e também ulterior ao problema, segundo estatísticas do governo, o número é maior – cerca de 2.731 no País como refugiados. Só em São Paulo, uma média de chegada de 1 por dia nos portos.⁶⁸

Um problema antigo decorrente do drama de nações que há décadas estão em guerra, por motivos étnicos ou religiosos, tais como no Afeganistão, Serra Leoa, Angola e Congo.

A situação de guerra civil que perdura há muitos anos em Angola contribuiu para o aumento do número de solicitações de refúgio. Em 1991 as facções em luta lograram um acordo de paz, promulgando uma lei de anistia e convocando eleições para outubro de 1992. Nesse interim, vários angolanos que aqui se encontravam foram beneficiados por um programa de repatriação voluntária. Contudo, pouco depois das eleições, surge nova situação de violência generalizada nesse país, provocando um novo fluxo de angolanos para o Brasil, em busca de refúgio.⁷⁰ Nacionais de outros países, em situações não menos desumanas, também têm solicitado refúgio no Brasil, tais como os do Zaire (ex-Congo), da Libéria, bem como o da antiga Jugoslávia.⁷¹

No Brasil, o atendimento aos refugiados prevê três ações: proteção, sob a responsabilidade do governo brasileiro, a quem incumbe o fornecimento de documentos de identificação e de trabalho; assistência – promovida pela Cáritas – entidade mantida pela Igreja Católica e que trabalha em conjunto com o Acnur; e integração social, através de parcerias com entidades privadas, como Senac, Senai, Sesc e Sesi.⁷²

Quando chegam aqui, enquanto esperam pela decisão do reconhecimento do *status* de refugiado, recebem ajuda em abrigos, tais como os da Cáritas Arquidiocesana – sita em diferentes Estados do País (v.g. TJ/SP). E, quando reconhecidos pelo governo brasileiro, têm acesso a aulas de português e cursos de profissionalização, como o de informática, por meio de acordos firmados com as entidades retrocitadas.⁷³

Tais esforços conjuntos visam à integração dos refugiados no território brasileiro. Contudo, o governo tem de se envolver mais na questão em busca de soluções duradouras para o problema humanitário da comunidade internacional. E um dos primeiros passos nacionais para amenizar esse problema foi o Acordo de Reassentamento.

Em 1999, o governo brasileiro resolveu aderir ao Acordo-Macro de Reassentamento. Nos termos daquele acordo, os candidatos a reassentamento no Brasil eram indicados e selecionados pelo Acnur ao Conare – representação brasileira do mesmo. Este, com a ajuda de uma organização não-governamental, a Cenoe – Central de Encaminhamento e Orientação, tinha a responsabilidade de integrá-los ao País quando aqui chegassem.⁷⁴

O Acnur–Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, além de selecionar, por critérios humanitários e jurídicos, os refugiados a serem reassentados no Brasil, contribui com os gastos destes como passagens, alimentação, medicamentos, moradia, transporte e educação.

⁷⁵

As pioneiras deste programa foram famílias afegãs (vindas de campos de refugiados do Irã e da Índia) que chegaram em Porto Alegre/RS, em abril de 2002, perfazendo um total de 23 pessoas. A Arca – representação regional do Acnur, em Buenos Aires, como partícipe daquele programa de reassentamento, foi quem disponibilizou o *expert* – Cenoe (ONG) – objetivando o direcionamento no caminho da integração local.⁷⁶

A Central de Orientação e Aconselhamento/Cenoe recebe as verbas do Acnur e faz o

pagamento de algumas despesas e das bolsas de R\$ 260,00 por adulto. As famílias, segundo o Ministério da Justiça, têm apartamento mobiliado, condomínio e escola particular paga para os seus filhos e, ainda, recebem - durante o primeiro ano no País – uma ajuda mensal no valor de R\$ 520,00. ⁷⁷

Por fim, em 2003, três das famílias afegãs que aqui se refugiaram, aderiram a um programa de repatriação voluntária e voltaram para sua terra em abril. Disseram saber por parentes que a volta já é possível – após 15 anos de andança pelo Irã, Índia e Brasil – e, alegaram dificuldades de adaptação aos costumes ocidentais e decepção com os baixos salários pagos no Brasil. ⁷⁸

De qualquer maneira, como ressalva o Conare, para a evolução desse programa, será necessário promover-se mais parcerias internacionais, principalmente com países que tenham tradição em reassentamento e organismos com experiência na área de consultoria e implantação de projetos. ⁷⁹

Um país em desenvolvimento, como o Brasil, não pode arcar sozinho com a sustentação dos refugiados, nem mesmo com a inserção destes no seu mercado de trabalho, tanto pela barreira do idioma como pela pouca qualificação profissional que, em regra, eles têm. Para isso, seriam necessários programas de média e longa duração a fim de torná-los cidadãos autônomos. Portanto, no dizer de *Hannah Arendt*, a carga deve ser compartilhada entre os povos (*burden-sharing*).

Necessidade que envolve uma série de políticas socializantes e esforços conjuntos de instituições internacionais e não-governamentais, com o fito de apoiar, mas sem prejudicar seus nacionais nem despontar problemas sociais em sua região.

Conclusão

A questão dos refugiados não é atual, a humanidade tem contemplado esse problema desde tempos remotos, conquanto a comunidade internacional só tenha começado a dispensar atenção jurídica e institucional às suas vítimas a partir da década de 20.

Só a partir da década de 50, com a Convenção de 1951 e, posterior, Protocolo de 1967, houve esforços internacionais a fim de construir um estatuto geral dos refugiados para propiciar-lhes garantias e direitos, bem como universalizar os critérios definidores de seu *status*.

Ulteriormente, novas circunstâncias em nível regional, como na África, bem como na América Latina demandaram a elaboração de instrumentos regionais que complementassem os critérios clássicos da convenção e abrangessem outros refugiados, que não apenas os europeus.

O Brasil, a despeito de ter andado na contramão da solidariedade internacional a esses refugiados – não reconhecendo os refugiados latino-americanos que aqui chegavam nas décadas de 70 e de 80 –, a partir de 89 levantou a reserva geográfica, e tendo outrora levantado a temporal, brindou apoio de maneira mais fática.

E, por fim, celebrando esse avanço em matéria de direitos humanos e recebendo elogios da comunidade internacional, em especial do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados – Acnur, em 1997, implementou a Convenção de 1951 através da promulgação da Lei Nacional para os Refugiados – Lei 9.474. Ademais, ainda, criou todo um aparato dentro da Administração Pública Federal, como o Conare – órgão regional do Acnur no Brasil, responsável pela elegibilidade dos casos.

A Lei 9.474/97 é considerada uma das mais avançadas da matéria no mundo, trazendo uma definição ampliada do conceito de refugiados que, aos requisitos clássicos de perseguição por motivos religiosos, étnicos e/ou políticos, alia a idéia da “grave e generalizada violência aos direitos humanos”, que abarca um número bem maior de solicitantes de refúgio.

Vale alertar, entretanto, duas questões importantes para que toda essa mobilização política e legislativa não seja vã. Primeiro, deveria haver uma maior preocupação no que se refere à capacitação dos funcionários governamentais que possam vir a lidar com solicitantes de refúgio. Segundo, considerando que o Conare deve ser um órgão independente e livre de ingerências políticas, a segunda instância – no caso de indeferimento da solicitação de refúgio –, que hoje é da alçada do ministro de Estado da Justiça, deveria ser revertida para outra autoridade que não detenha cargo de confiança.

De qualquer maneira, a definição ampliada, com vistas a alcançar um número maior de requerentes de refúgio deve ser tomada como exemplo de “fraternidade cívica” por outros Estados, em especial os europeus, que detêm uma política de restrição em relação a imigrantes e refugiados.

A aceitação de um refugiado em território nacional, então, além de critérios objetivos, se encontra num âmbito de discricionariedade do Estado. O receptor do refugiado, em potencial, não está obrigado a mantê-lo em território nacional, mas tão-somente resguardá-lo de uma devolução a um país onde sua vida, segurança ou liberdade esteja sofrendo risco de ser maculada, por aquelas razões consignadas na convenção, eventualmente, combinadas a novos motivos (que ensejem refúgio) postos nos instrumentos regionais a que o Estado está vinculado.

Acabamos de mencionar o princípio non refoulement, que, segundo Cançado Trindade, trata-se da “coluna vertebral do direito dos refugiados”. Princípio esse considerado e respeitado, de modo geral, por toda a comunidade internacional, inclusive por Estados não obrigados pelos instrumentos internacionais dos refugiados, por ser entendido como de jus cogens.

Aliás, vale ressaltar a idéia que perpassou todo o presente trabalho de que um pedido de refúgio já é consequência direta da não-observância dos direitos humanos por algum Estado. E que, em vista a essa situação desfavorável do refugiado, ele merece tratamento especial a fim de ter restaurado sua cidadania. Cidadania não limitada a uma extensão territorial, mas numa idéia ideal de “cidadão do mundo”, ou seja, merecedor de respeito à sua dignidade humana.

Há de se buscar uma solução duradoura para o problema dos refugiados, seja com a integração, o reassentamento ou, a tão sonhada repatriação.

Considerando a integração, a oportunidade que se dá ao refugiado de refazer a sua vida em um país que lhe confira proteção e condições para viver dignamente, essa é a solução para aqueles para os quais a repatriação não é possível. Já a repatriação, trata do retorno ao seu território, com segurança, findas as circunstâncias que o impeliram a cruzar as fronteiras. Essa é, pois, considerada a solução ideal, vez que possibilita um retorno às raízes, aos laços familiares, à sua própria cultura. O reassentamento seria a terceira opção, isto é, em face da falta de possibilidade de integrá-lo no primeiro país a quem solicitou proteção, é encaminhado a um terceiro país para que lá se integre.

Essas soluções foram tratadas de maneira superficial nesse trabalho, de tal forma que ressaltássemos, para fins de reflexão, a necessidade de um trabalho de prevenção à violação dos direitos humanos, já que se chegou à conclusão de que todo esses fluxos de refugiados espalhados pelo mundo são resultado de tal violação.

O Brasil tem desempenhado papel importante no cenário internacional, nessa temática, mas para que prossiga nesse ofício, deve ter em mente que, como é um País em vias de desenvolvimento, os refugiados, que aqui desejam se integrar vão sofrer as mesmas limitações financeiras e sociais que os nacionais enfrentam. Assim, a fim de que esse acolhimento de refugiados continue possível, há de se ter colaboração financeira e instrumental de outros Estados, bem como de organizações não-governamentais e internacionais.

Bibliografia

Acnur e IIDH – *Derechos Humanos y Refugiados em las Américas: lecturas seleccionadas*, san José, C.R.: Editorama, 2001.

Acnur – *Manual de Procedimentos e Critérios a aplicar para determinar o Estatuto de Refugiado*. Genebra, Rio de Janeiro: 1992.

ANDRADE, José H. Fischel de. *Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921 – 1952)*. RJ: Renovar, 1996.

Refugiados e Repatriação Voluntária. Boletim da Sociedade brasileira de Direito Internacional, jan/dez 1997, 107/112.

ARAÚJO, Nádia; ASSIS, Guilherme de (coordenadores). *Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira*. RJ/SP: Renovar, 2001.

BARRETO, Luiz Teles F. *Das Diferenças entre os institutos jurídicos do asilo e do refúgio*. Disponível em: http://www.mj.gov.br/snj/artigo_refugio.htm.

Cáritas Diocesana De Santos. *Refugiados: uma questão regional*. http://www.diocesedesantos.com.br/aa_noticias/fjunho/n04_refugiadosesc.htm.

Acessado em junho de 2002.

CAVARZERE, Thelma Thais. *Direito Internacional da Pessoa Humana – a circulação internacional de pessoas*. RJ: Renovar, 2001.

CDIIDH (Centro de Documentación Del Instituto Interamericano de Derechos Humanos). *O Direito dos Refugiados no Brasil*. <http://www.iidh.ed.cr>.

Acessado em agosto de 2002.

Direitos Humanos: *Construção da Liberdade e da Igualdade*. SP: Centro de Estudos da procuradoria Geral do Estado, 1998.

MARTÍN ARRIBAS, Juan José. *Los Estados Europeos frente al Desadío de los Refugiados y el Derecho de Asilo*. Madrid: Universidad de Burgos. Ed. Dykinson, 2000.

Ministério da Justiça. Secretário recebe em São Paulo refugiados afegãos. <http://www.mj.gov.br/acs/releases/2002/abril/noticias.htm>. Acessado em abril de 2002.

MORAES, Rita. *Em busca de um porto seguro*. Isto é. 1678 – 28/11/01.

OGLIARI, Elder. Folha de São Paulo: Afegãos não se adaptam no Brasil. 1º de Abril de 2003. http://www.estado.estado.com.br/editorais/2003/04/01_int047.html

OGLIARI, Elder e Monteiro, Tânia. Audiência tenta esclarecer problemas de refugiados afegãos no Brasil. www.estadao.com.br/agestado/noticias/2002/ago/21/298.htm. Acessado em abril de 2001.

RUIZ DE SANTIAGO, Jaime. *Os Direitos Humanos dos Refugiados no Brasil*. Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Dezembro 92/ maio 93, 84/86.

Notas

1- ANDRADE, José H. Fischel de. *Direito Internacional dos Refugiados: evolução histórica*. RJ: Renovar, 1996. p. 18.

2- ANDRADE, José H. Fischel de. *Direito Internacional dos Refugiados: evolução histórica*. RJ: Renovar, 1996. p. 19.

3- Apud ANDRADE, José H. Fischel de. *Regionalización y armonización del derecho de los refugiados: una perspectiva latinoamericana*. *Derechos Humanos y refugiados en las Americas: Lecturas Seleccionadas*. ACNUR IIDH. San José, C.R.:2001. p. 89-90.

4- *Investigación: El asilo y la protección de los refugiados en America latina : acerca de la confusión terminológica "asilo-refugio"*. *Derechos Humanos y refugiados: Lecturas Seleccionadas*. Op cit. p. 184, 187.

5- ANDRADE, José H. Fischel. *Direito dos Refugiados: evolução histórica*. Op. Cit. P. 19.

6- ANDRADE, José H. Fischel. *Op. Cit.* p. 165

7- MELO, Carolina de Campos. *Revisitando o conceito de refúgio: perspectiva para uma patriotismo constitucional*. *Direito Internacional dos Refugiados: Uma perspectiva brasileira*. RJ. Renovar, 2001. pp. 267-271.

8- É leitura da Convenção de 1951, em seu art 1º – seção B, *in verbis*: "(1) Para os fins da presente convenção, as palavras acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951", que figuram no art. 1º, seção A, poderão compreender-se no sentido quer de: (a) acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa; quer de (b) acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa ou fora desta; e cada Estado contratante, no momento da assinatura, ratificação ou adesão, fará uma declaração na qual indicará o alcance que entende dar a esta expressão no que diz respeito às obrigações por ele assumidas, em virtude da presente Convenção".

9- ALMEIDA, Guilherme de Assis. *A Lei 9.474/97 e a definição ampliada de refugiado: breves considerações*. *Direito Internacional dos Refugiados: Uma perspectiva brasileira*. RJ: renovar, 2001. p. 162.

10- PIOVESAN, Flávia. *O Direito de Asilo e a Proteção Internacional dos Refugiados*. *Direito Internacional dos Refugiados: Uma perspectiva brasileira*. FJ: Renovar, 2001. pp. 35 e36.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. *A Lei 9.474/97 e a definição ampliada de refugiado: breves considerações.. O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira*. FJ: Renovar, 2001..164. consignou ainda o autor que, dos 107 dos casos decididos pelo Conare, até aquele momento, 81 formam de acordo com a definição ampliada.

GARCIA, Márcio P. Pinto. *Refugiado: o dever de solidariedade*. *O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira*. RJ: Renovar, 2001. p. 152. O prof. Aasinala ser dispensável a lembrança da Lei 9.474/97, "vez que a constituição invoca em mais de um momento a prevalência dos direitos humanos (p. ex.: art. 4º, II), não ociosa, contudo, porque a aplicação da lei pelos membros da Comissão deve ser a mais humanitária possível".

Acnur – Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado. Genebra, 1992. p. 9.

14- Acnur – *Ibidem*.

15- Art. 39 da Lei 9.474/97.

16- *Centro de Documentación del Instituto Interamericano de Derechos Humanos*. Refugiados no Brasil. [http:// www.iidh.ed.cr](http://www.iidh.ed.cr). acessado em agosto de 2002. Documento enviado por Lucrecia Imolina Theissen

17- *Ibidem*.

18- ALMEIDA, Guilherme de Assis. *A Lei 9.474/97 e a definição ampliada de refugiado*. *O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva*

brasileira. RJ: Renovar, 2001.p. 156.

19- *Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado. op. cit. p.15.*

20- AGUIAR, Renan. *Lei 9.474/97. Cláusula de inclusão e exclusão. O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira.* FJ: Renovar, 2001. p. 218

21- *Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado. op. cit. p. 13.*

Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado.op.cit.p.16

Direitos Humanos: *Construção da Liberdade e da Igualdade.* SP: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 1998.p.505.

24- *Ibidem.*

25- *Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado.op.cit.p.22-23.*

26- *Ibidem.*

27- *Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado.op.cit.p.24.*

28- AGUIAR, Renan. *Op.cit.p.222.*

29- *Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado.op.cit.p.15-16.*

30- *Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar de refugiado. Op. cit. p. 25*

Art. 1º e 2º da Convenção da OUA, aprovada em 10 de setembro de 1969.

Acnur. *Los Derechos Humanos y los Refugiados.* Folheto informativo 20. Ginebra.1994, p. 9.

34- *Conclusão Terceira da Declaração de Cartagena de Índias, de 22 de novembro de 1984.*

35- ANDRADE, José H. Fischel. *Regionalización y Armonización del Derecho de los Refugiados: una perspectiva latinoamericana. Derechos Humanos y Lecturas Seleccionadas.* Acnur e IIDH. San José, CR: Editorama, 2001. p. 92.

36- ANDRADE, José H. Fischel. *Regionalización y Armonización del Derecho de los Refugiados: una perspectiva latinoamericana . op. cit. p. 93-94.*

37- ALMEIDA, Guilherme de Assis. *A Lei 9.474/97 e a definição ampliada de refugiado: breves considerações.op.cit. p.163*

38- MARTÍN ARRIBAS, Juan José. *Los Estados Europeos frente al Desafío de los Refugiados y el Derecho de Asilo.* Madrid: Universidad de Burgos. Ed. Dykinson, 2000.p.69

39- *Manual de procedimentos e critérios aplicar para determinar o estatuto de refugiado.op.cit. p.34.*

40- CARVAZERE, Thelma Thaís. *Direito Internacional da Pessoa Human – a circulação internacional da pessoa. ap. RJ: Renovar, 2001.p.144.*

41- *Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado.op.cit.p.35*

42- *Ibidem.*

43- *Apud MARTÍN ARRIBAS, Juan José.op.cit.p.71.*

44- Os tipos penais presentes da cláusula de exclusão da referida Convenção estão descritos no art. 6º do Estatuto do Tribunal Militar Internacional. Vejamos:

a) crimes contra a paz: planejamento, preparação, desencadeamento ou prosseguimento de uma guerra de agressão, ou uma guerra em violação aos tratados internacionais, acordos ou garantias, ou participação num plano comum ou numa conspiração para levar a cabo qualquer um dos atos anteriores;

b) crimes de guerra: violações das leis ou costumes de guerra. Tais violações incluem, mas não se limitam a, assassinio, maus-tratos ou deportação para trabalhos forçados ou qualquer outro fim, da população civil ou do território ocupado (....);

c) crimes contra a humanidade: assassinio, extermínio, redução à escravidão, deportação ou outros atos desumanos cometidos contra qualquer população civil, antes ou durante a guerra; ou perseguições por motivos políticos, raciais ou religiosos (....).⁹.

45- *Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado.op.cit.p.36.*

46- MARTÍN ARRIBAS, Juan José.*op.cit.p.72.* O professor se refere aos julgamentos históricos dos Tribunais de Nuremberg e Tokio. E destaca Tribunais Penais Internacionais em casos mais recentes – para a ex-Iugoslávia e Ruanda.

47- Lei 8.072/90, art. 2º.

48- MARTÍN ARRIBAS, Juan José.*op.cit.p.77.*

49- *Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado.op.cit.p.39.*

50- *Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado.op.cit.p.28 – 32*

51- *Ibidem.*

52- *Ibidem*.

53- *Ibidem*.

54- *Ibidem*.

55- MARTÍN ARRIBAS, Juan José. *Op. cit.* p.88.

56- Art. 7º, *caput* e, 21 da Lei 9.474/97.

57- BARRETO, Luiz Paulo Teles F. das diferenças entre os institutos jurídicos do asilo e do refúgio. www.mj.gov.br/snj/artigo_refugio.htm. Acessado em 09/11/2001.

58- BARRETO, Luiz Paulo Teles F. das diferenças entre os institutos jurídicos do asilo e do refúgio. www.mj.gov.br/snj/artigo_refugio.htm. Acessado em 09/11/2001.

59- *Ibidem*.

60- BARRETO, Luiz Paulo Tele F. *Ibidem*.

61- Direitos Humanos: construção da liberdade e da igualdade. *Op. cit.* p. 515. Registra também que o reconhecimento da condição de refugiado tem natureza de decisão declaratória, ou seja, produzirá efeitos retroativos. Quanto ao prazo prescricional do recurso, contra decisão negativa, ao Ministério Justiça, começa a ser contado a partir da notificação.

62- Direitos Humanos: construção da liberdade e da igualdade. *Ibidem*.

63- Art. 57 da Lei 6.815/80 e art. 7º, §§ 1º e 2º c/c art. 8º da Lei 9.474/97.

64- art. 76 da Lei 6.815 e arts. 33-35 da Lei 9.474/97.

65- STF, HC81709-02/DF, rel Min. Ellen Grace (voto:p.3), 22.8.2001.

66- Arts. 36 e 37 da Lei 9.474/97.

67- Direitos Humanos: construção da liberdade e da igualdade. Procuradoria Geral do Estado do Estado de São Paulo, Centro de Estudos, 1998. p.517.

69- *Ibidem*.

68- MORAES, Rita. *em busca de um porto seguro*. Isto é 1678. 28/11/2001. p. 54-56.

69- *Ibidem*.

70- RUIZ DE SANTIAGO, Jaime. *Os Direitos Humanos dos Refugiados no Brasil*. Boletim da sociedade brasileira de direito Internacional. Dezembro 92/Maio 93. 84-86 p. 135.

71- *Ibidem*.

72- Cáritas Diocesana De Santos. *Refugiados: uma questão regional*. http://www.diocedesantos.com.br/aa_noticias/f_junho/n04_refugiadosesc.htm. Acesso em junho de 2002.

73- MORAES, Rita. *Em busca de um porto seguro*. *Op. cit.* p.55.

74- Informações retiradas de arquivos do Conare, Brasília - set/02.

75- www.mj.gov.br/acs/releases/2002/abril/noticias.htm, artigo: Secretário recebe em São Paulo refugiados afegãos.

76- Informações retiradas de arquivos do Conare, Brasília - set/02.

77- OGLIARI, Elder e MONTEIRO, Tânia. Audiência tenta esclarecer problemas de refugiados afegãos no Brasil www.estadao.com.br/agestado/noticias/2002/ag0/21/298.htm.

78- OGLIARI, Elder. Folha de São Paulo: afegãos não se adaptam no Brasil. 1º de abril de 2003.

79- Informações retiradas de arquivos do Conare, Brasília - set/02.

Acnur. *Los Derechos Humanos y los Refugiados*. Folheto informativo 20. Genebra. 1994, p. 9.

Recurso de Agravo de Instrumento Pendente de Julgamento

Frederico do Valle Abreu*

PARTE DE OUTRO ARTIGO

É situação que ainda gera dúvidas para os jurisdicionados o fato de haver recurso de agravo de instrumento pendente de julgamento no Tribunal e a decisão sentença proferida sem que contra ela a parte tenha interposto recurso de apelação.